SUMÁRIO

1. ESCORÇO HISTÓRICO

1.1 Considerações preliminares 15

1.2 Evolução histórica do direito de defesa: as ordálias ou Juízos de Deus, a Inquisição e a Revolução Francesa 17

1.3 O direito de defesa após o período humanitário 24

2. O DIREITO DE DEFESA

2.1 Sua corporificação 27

2.2 Bilateralidade e contraditório 28

2.3 Natureza jurídica 33

2.4 Espécies de defesa 35

2.5 Defesa contra o processo e defesa de mérito 36

2.6 Inexistência de lide penal. Funções do Ministério Público 37

2.7 Direito de defesa e a máxima *in dubio pro reo* 48

2.8 Repercussão 54

3. INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES E DIREITO DE DEFESA

3.1 Inquérito policial e direito de defesa 57

3.2 O inquérito policial e a idoneidade do *habeas corpus* como meio de defesa para seu trancamento 62

3.3 Condenação com base nas provas colhidas unicamente em inquérito policial. A qualidade das testemunhas. Depoimentos de policiais 68

3.4 Identificação datiloscópica e *habeas corpus* 77

3.5 Inquérito judicial falimentar e direito de defesa 87

4. PRISÃO PREVENTIVA E DIREITO DE DEFESA

4.1 A prisão provisória como medida de exceção 91

4.2 Prisão em flagrante e preventiva: finalidade 93

4.3 Prisão preventiva: os motivos permissivos extrínsecos de decretação, o direito de defesa e o *nemo tenetur se detegere* 96

4.4 Pressupostos objetivos intrínsecos de decretação 104
4.5 Fundamentação do despacho 105
4.6 Momento para a decretação 112
4.7 Prisão preventiva e excesso de prazo no término da instrução 114
4.8 Prisão preventiva e contravenção 118
4.9 Prisão preventiva e co-autoria 119

5. DENÚNCIA E DIREITO DE DEFESA
5.1 Denúncia e delimitação do direito de defesa pela exposição do fato criminoso 121
5.2 Exposição do fato apontado como delituoso 123
5.3 Qualificação do réu e da vítima 133
5.4 Classificação do crime 138
5.5 Rol de testemunhas 139
5.6 Despacho de recebimento da denúncia nos crimes em geral e nos crimes falimentares 142

6. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS E DIREITO DE DEFESA
6.1 A comunicação dos atos processuais como nota da contrariedade 147
6.2 Formas de comunicação 149
6.3 Citação pessoal: considerações preliminares 151
6.4 Citação pessoal: mandado 151
6.5 Citação pessoal: precatória e rogatória 153
6.6 Citação pessoal: requisição do funcionário público, do militar e do preso 155
6.7 Citação ficta: fundamento e pressupostos 159
6.8 Citação ficta: edital, formalidades 166
6.9 Ausência de citação, omissão de formalidade essencial e convalescimento da eiva 172
6.10 Revelia 174
6.11 Disposições comuns 176

7. INTERROGATÓRIO DO RÉU E DIREITO DE DEFESA
7.1 Conceito e natureza jurídica 177
7.2 Natureza do direito de defesa que enseja o interrogatório. Posição recomendável 178
7.3 Presença do defensor e do curador no interrogatório 182
7.4 Falta de interrogatório e momento de efetivação 186
7.5 Condução coercitiva e interrogatório. Finalidade 190

7.6 Modo de efetivação 193
7.7 Interrogatório no júri 197
7.8 Interrogatório por precatória 198
7.9 Interrogatório e prisão em flagrante 202
7.10 Chamada de co-réu e o direito de defesa 204

8. DO DEFENSOR DO RÉU

8.1 Defensor e procurador 207
8.2 Do direito de eleger o defensor. O defensor constituído. Situações que podem surgir: sua recusa, renúncia, ausência ou morte 208
8.3 Do defensor dativo 211
8.4 Revelia e constituição de defensor 213
8.5 Único defensor para vários réus. Defesas colidentes 214
8.6 Defesa exercida por pessoa não habilitada 217
8.7 Considerações finais e comuns às defensorias dativa e constituída 221

9. DO CURADOR DO RÉU MENOR

9.1 Considerações preliminares 225
9.2 Réu emancipado 226
9.3 Réu menor que atinge a maioridade 227
9.4 Curador e habilitação técnica 227
9.5 Falta de nomeação de curador. A mera nomeação de defensor. Réu que mente a respeito da idade 229
9.6 O curador e o interrogatório do réu menor 231
9.7 Revelia do réu menor 232
9.8 Falta de nomeação de curador no inquérito policial 233
9.9 Considerações derradeiras 236

10. AUSÊNCIA DE DEFESA E DEFESA DEFICIENTE

10.1 Falta e abandono de defesa. Compreensão. A defesa prévia, a fase do art. 499, as alegações finais e as razões e contra-razões de recurso. Quando é indispensável a intimação 239
10.2 A indisponibilidade da defesa técnica e sua deficiência 249
10.3 Defesa preliminar nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos 255
10.4 Ato instrutório por precatória e direito de defesa 263
10.5 Prova emprestada 268

11. SENTENÇA PENAL E DIREITO DE DEFESA

11.1 Processo, sentença, requisitos e direito de defesa 271

11.2 Relatório 272
11.3 Motivação 275
11.4 Conclusão 280
11.5 Motivação da pena 281
11.6 Indicação dos dispositivos legais 283

12. O PRINCÍPIO IMPEDIENTE DA *MUTATIO LIBELLI* E A DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO

12.1 A proibição de julgamento *extra petita* em prol do direito de defesa do réu 285
12.2 Natureza relativa da proibição, a desclassificação do delito e seu momento 286
12.3 Desclassificação do crime: nova definição jurídica e classificação jurídico-penal dispositiva 293
12.4 Posição do magistrado após a desclassificação 302
12.5 A desclassificação do delito na fase recursal 303

13. INTIMAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA E DIREITO RECURSAL DE DEFESA

13.1 Necessidade de intimação da sentença penal condenatória ao acusado e a seu defensor, constituído ou dativo. Quando e como se considera efetivada a intimação 307
13.2 Colocação ordenada da intimação do advogado 315
13.3 Intimação editalícia 316
13.4 Intimação por carta precatória 317
13.5 Intimação da sentença ao curador do réu menor 318
13.6 Do direito recursal 318
13.7 Recurso do defensor e oposição pelo réu. Desistência 320
13.8 Direito recursal, *dies a quo* e diversidade entre a data certificada da intimação e a aposta com o *"ciente"* 322
13.9 Direito recursal e interposição do recurso por forma inusitada e não prevista em lei. O princípio da fungibilidade recursal ... 323
13.10 Direito recursal e mandado de prisão não cumprido 326
13.11 Intimação da sentença de teor não condenatório. Direito recursal e interesse para recorrer de réu que não foi condenado 327
13.12 *Reformatio in pejus* e direito recursal 329
13.13 *Reformatio in mellius* no direito recursal 339
13.14 Coisa julgada: direito do réu julgado por órgão judiciário incompetente *ratione materiae*? 341
13.15 Coisa julgada e crime continuado 348

13.16 Rejeição da denúncia e contra-razões de recurso em sentido estrito 356

14. DIREITO DE APELAR E DE RECORRER EM LIBERDADE

14.1 Natureza da normas concessivas do direito 361
14.2 A primariedade como requisito 364
14.3 Os bons antecedentes como requisito 365
14.4 Réu anteriormente preso 372
14.5 Da necessidade de exercício pleno do direito recursal 376

15. LIMITES AO DIREITO DE DEFESA

15.1 Compreensão 377
15.2 O art. 410 do CPP e a preclusão como exemplos 377
15.3 Ponto fulcral 378

16. DEFESA CRIMINOSA E DEFESA PENAL TÍPICA NO PROCESSO PENAL

16.1 Direito de defesa e liberdade de agir 379
16.2 A liberdade de agir, seus limites e a violação de dispositivos penais 380
16.3 Alcance da liberdade de agir 381
16.4 Defesa penal típica e defesa criminosa 395
16.5 Participação de terceiros na defesa penal típica 395
16.6 Conclusão 397

17. PROVA ILÍCITA E DEFESA PENAL TÍPICA

17.1 Prova ilícita e defesa penal típica: compreensão e diversificação 399
17.2 Prova ilegal, ilegítima e ilícita 400
17.3 Colocação do problema 401
17.4 Tese da inadmissibilidade processual da prova ilícita 402
17.5 Nossa posição e a admissibilidade da eficácia jurídica 409
17.6 Posição brasileira atual 414

BIBLIOGRAFIA 417